



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
André Pereira Guiot	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho é fruto da pesquisa preliminar acerca do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos governos Lula da Silva. O CDES foi criado pela MP 103 de 1º de janeiro de 2003 e seu conteúdo, no artigo 8º, expressa que a ele compete “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social (...) com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados”. Nosso trabalho versa sobre os dois aspectos acima realçados: a) a presença das associações burguesas da sociedade civil conectadas ao Conselho e b) o ideário da “concertação” ou “pacto” social a que se propõe este fórum. Não endossaremos aqui a visão, bastante presente entre analistas e pesquisadores sobre o CDES, de que se trata de um espaço inovador na “democratização das decisões públicas”. De forma distinta, nossa hipótese é a de que o CDES é uma arena no interior do aparelho estatal receptiva à penetração dos projetos hegemônicos presentes na sociedade civil de cunho burguesa em geral e empresarial em particular.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Sociedade Civil – Hegemonia – Governos Lula da Silva			
ABSTRACT			
<p>This paper results from a preliminary research about The Economic and Social Development Council (ESDC) during Lula da Silva’s governmental periods. The ESDC was created by the provisional measure 103 of January the 1st 2003, and its content, in its 8th article, states that it is its competence “to assist the President of the Republic in the formulation of specific policies and directives aiming the economic and social development (...) in order to articulate the relationship between the government and the organized civilian society representatives and the concentration among the several sectors of the society represented in it.” This paper discusses both aspects above mentioned: a) the presence of the bourgeois civilian society associations connected to the council and b) the ideology of social “conciliation” or “pact” which is the goal of this forum. We shall not endorse hereon the vision, widely present among analysts and researchers of the ESDC, that it is all about an innovative room made for the democratization of “public decisions”. Distinctively, our hypothesis is that the ESDC is but an arena inside the State apparatus opened to the penetration of hegemonic projects coming from the bourgeois part of the civilian society in general and particularly from the corporations.</p>			
KEYWORDS			
Civilian society - Hegemony – Lula da Silva’s Governmental periods			

1.0 – Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa inicial que traz como objeto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos governos Lula da Silva (2003-2010). Mais precisamente, atento às relações entre Estado e Sociedade na História do Brasil Recente – e suas determinações no estudo das atuais formas de hegemonia nas sociedades complexas –, o presente artigo possui como principal diretriz realizar um primeiro esboço acerca da presença das associações burguesas da sociedade civil na sociedade política tomando como objeto o CDES.

Alinhado à matriz teórica gramsciana, nosso estudo busca, além disso, dar uma contribuição preliminar para o desvendamento das formas de formulação e obtenção do consenso no Brasil inauguradas no início do século XXI, a partir do desvendamento de projetos que, semeados e regados na sociedade civil, brotam e florescem com todo vigor, mas não sem embates, no conjunto dos aparelhos, órgãos e agências do Estado. Em uma frase: trata-se de pesquisar o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia ligados às frações burguesas da classe dominante brasileira que atuam e carregam para o interior do aparelho do Estado (no caso, o CDES) seus projetos de hegemonia. No atual estágio da nossa pesquisa, tal empreendimento foi alcançado, no que se refere à presença do empresariado, na investigação acerca da primeira formação do Conselho, no ano de 2003.

Tal esforço, com isso, se credencia num conjunto maior de trabalhos, realizado por grupos/coletivos de estudos e pesquisas em diversos centros acadêmicos, no qual o arcabouço teórico de Antônio Gramsci é referência.

Não é com esse aporte teórico, entretanto, que a produção acerca do CDES vem sendo feita pelos atuais analistas e pesquisadores. Calcados em postulados da Ciência Política distantes do marxismo, passam ao largo do entendimento do Estado num sentido “amplo”, ou seja, como uma *condensação de relações sociais* historicamente existente numa dada formação social (POULANTZAS, 1985). Traremos a seguir, de maneira breve, tais análises de forma que, em seu bojo, possamos traçar os necessários elementos do CDES, cuja apresentação traga uma reflexão dos interesses, expectativas e projetos, enfim, da própria cultura (“visões de mundo”) do novo bloco no poder.

2.0 – Criação, estrutura e funcionamento do Conselho

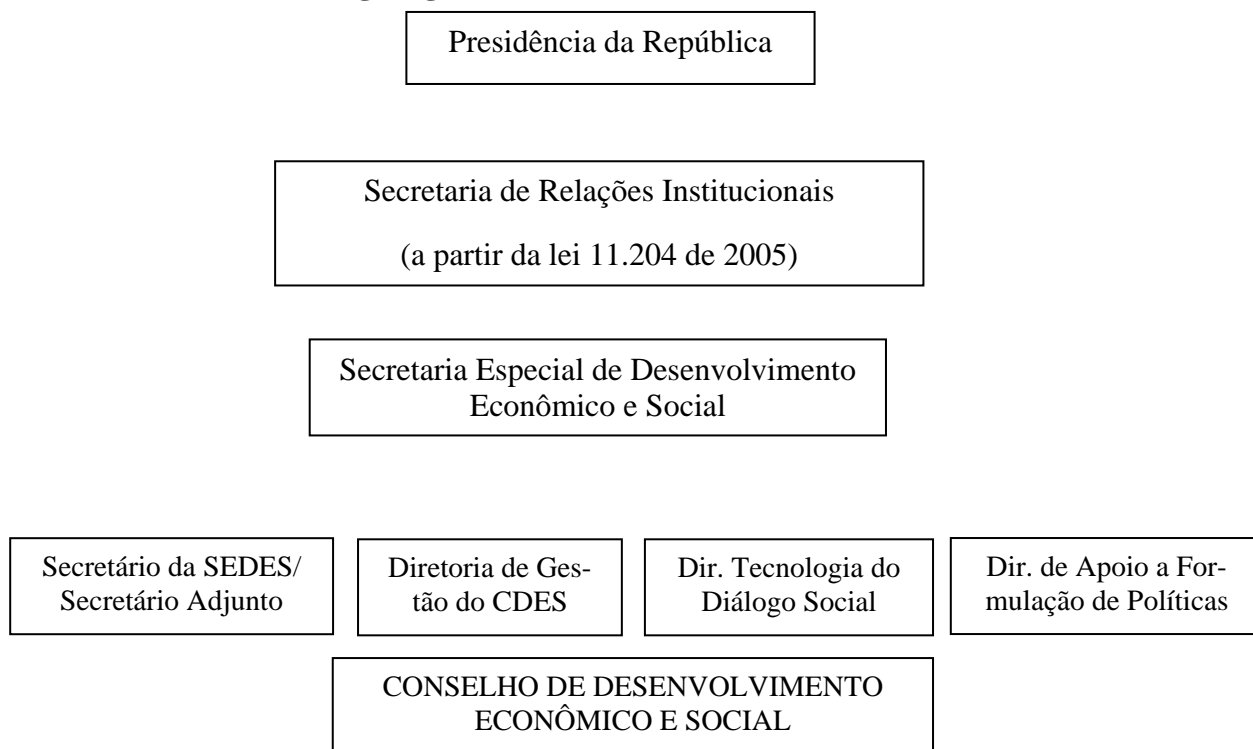
O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado por meio da medida provisória nº 103, em 1º janeiro de 2003, por ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei nº 10.683 de 28 de maio do mesmo ano, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), órgão de consulta diretamente vinculado à Presidência da República.¹ A SEDES, conhecida como “Secretaria do Conselho”, tem como atribuição dar suporte administrativo e logístico, coordenando as plenárias e demais atividades do CDES, mas destaca-se, principalmente,

¹ Conforme Capítulo I, Seção I (Da Estrutura), art. 1º, §1º, Inciso II da Lei 10683/03.

como órgão da sociedade política que conduz e traduz para o Conselho os projetos e propostas governamentais que a ele chegam.

Já em 2005, com as alterações trazidas pela Lei 11.204, a SEDES passa a ser parte da estrutura da Secretaria de Relações Institucionais, e tem como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social” (art. 2º, §1º e §2º da lei).²

Organograma atual da estrutura do Conselho



Fonte: Site da Secretaria de Relações Institucionais.³ Elaboração própria.

Os analistas e pesquisadores vêem a Secretaria como portadora dos interesses e demandas do governo Lula junto ao Conselho. Atribuem a ela a responsabilidade de interagir com o CDES fazendo com que o conjunto dos trabalhos realizados nas reuniões plenárias se desenvolva em linhas compatíveis com o projeto maior do governo, limitando o poder de agenda dos conselheiros na medida em que a pauta de discussão é definida *a priori*. As posições apresentadas pela Secretaria são produzidas e autorizadas pela Presidência da República (KUNRATH, 2007; FLEURY, 2005). Em 2004, após algumas formatações institucionais no Conselho, cujos efeitos repercutiram em 2006, o governo, através do *site* do CDES, revela que a pauta das reuniões plenárias, realizada

² Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>

³ Disponível em <<http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/sedes>>. Acesso em 10/11/2011.

quatro vezes ao ano, com a presença do Presidente da República, combina temas apresentados pelo Governo e proposições do Conselho, fruto dos Grupos de Trabalho, e prevê debates e aferição das posições. Ao Conselho é facultado elaborar informes, estudos especiais e pareceres sobre temas objeto do diálogo, independente de agenda prévia proposta para o Pleno.⁴

É papel dos Grupos Temáticos (ou Grupos de Trabalho) aprofundar os temas propostos pelo Governo ou objeto de deliberação pela plenária do CDES. Depois de feitas análises e debates das questões, os resultados “consensualizados” são encaminhados para a deliberação do pleno. É comum haver contribuições de especialistas em determinados assuntos e/ou áreas, de representantes de governos e de outras instituições como forma de embasamento, aprofundamento ou melhoria das propostas dos GTs sobre os temas debatidos. Os Grupos Temáticos se dividem em Subgrupos onde as discussões tratam de temas mais específicos relacionados ao GT.

Outro espaço de discussão no CDES são os Grupos de Acompanhamento (GA), que, sem um prazo determinado de existência, têm a atribuição de acompanhar temas específicos. Adicionalmente, quando necessário, são realizadas reuniões regionais, seminários, colóquios, oficinas, mesas redondas e workshops para se discutir temas pontuais ou que não sejam considerados pertinentes de discussão nos demais fóruns.

O CDES foi inicialmente formado por 10 ministros de Estado e 82 cidadãos brasileiros com respectivos suplentes, “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução.”⁵ Logo em seguida foi ampliado para 12 ministros⁶ e 90 representantes da sociedade.⁷

De acordo com o CDES, os conselheiros, chamados de “parceiros estratégicos” são colocados como atores sociais que buscam a realização de parcerias, efetuando consenso e pontos em comum para a realização das reformas e concretização de um projeto de desenvolvimento com inclusão. O discurso do CDES é, inclusive, autenticado por alguns analistas, sem crítica às fontes, quando assumem o discurso oficial de que o principal critério de escolha dos conselheiros teria sido a capacidade de “negociação” e “pluralismo” de ideias e posicionamentos, “já que a intenção era formar consensos a partir da aproximação de posições diversas e por vezes antagônicas” (KOWARICK, 2003).

⁴ Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/8508/funcionamento-do-conselho.html>>.

⁵ Redação dada pela MP 103 de 1º de janeiro de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV.

⁶ Atualmente o CDES é composto por 17 ministros de Estado, conforme a lei 10.683 e suas alterações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10/11/2011.

⁷ A referida ampliação foi dada pela conversão da MP 103/03 na lei 10683 de 28 de maio de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV. Na prática, o Pleno do CDES contava com 92 conselheiros, conforme consta em sua página eletrônica http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/2003/. Acesso em 10/11/2011.

Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à **articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.**⁸ (grifos nossos)

Dentre os elementos importantes trazidos nesse artigo, devemos realçar ao menos dois: a) a presença das associações da sociedade civil no âmbito do Conselho; b) a apresentação do Conselho como espaço de articulações, negociações e acordos entre os setores da “sociedade civil” organizada com vistas à formação de um “novo contrato social” no Brasil.

3.0 - A Sociedade Civil no CDES: da gestão “participativa” à organização classista

Já é bem conhecida entre nós a utilização indistinta do conceito de sociedade civil como “tudo aquilo que não é Estado e nem mercado” por parte de intelectuais de diferentes matrizes. A identificação da sociedade civil com o “Terceiro Setor” robustece a metamorfose desse espaço como algo desprovido de lutas e contradições: ela é identificada como uma esfera harmônica, virtuosa, autônoma e distanciada do arbítrio estatal.

Nesses parâmetros, a sociedade civil torna-se o terreno do “associativismo” e da “solidariedade”, indutora de reformas “democratizantes” (embebidas pelo ideário neoliberal) no âmbito da vida social, formuladora e executora, a partir dos anos 90, do atendimento segmentado e precarizado dos serviços sociais básicos às classes subalternas. Coparticipe da supressão dos direitos sociais, bem como da desresponsabilização do Estado, principalmente no enfrentamento da “questão social”, à sociedade civil lhe vem sendo atribuída um sentido angelical, colaborador e mesmo protagonista de profundos processos de mudanças.

As atuais análises acerca da participação das associações da sociedade civil no Conselho não fogem a este paradigma. Afirma-se, sobretudo, que a “novidade” inaugurada pelo governo Lula da Silva, a partir do CDES, foi “a ampla representação de diferentes segmentos da sociedade brasileira” tendo em vista a “velha tradição política do corporativismo estatal” (TÁPIA, 2005). O

⁸ Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2003.

CDES é apresentado como uma “nova arena pública” que reúne interesses privados numa “experiência de explicitação de conflitos, discussão e diálogo sobre os caminhos para a diminuição da desigualdade” (COSTA, 2008: 3). O caráter inovador atribuído ao CDES se aguçaria, segundo Ribeiro (2010: 6), mediante a ampliação da discussão sobre questões afeitas à área econômica “tradicionalmente alheia à abertura dos processos de decisão”.

Nesta mesma linha de raciocínio, Fleury compreende a criação do CDES como uma “inovação social” na medida em que “amplia a esfera pública”, ao introduzir, numa mesma arena de discussão, atores sociais que não interatuam em outras situações. Para a autora, diferentemente dos Conselhos setoriais e de experiências de gestão local, o CDES, “pela primeira vez na história brasileira”, representa a

[...] existência de um órgão consultivo nacional, com a missão de discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Sua composição é também original, já que difere do formato marcadamente corporativo dos Conselhos europeus, em correspondência com o tecido e estrutura social existentes no Brasil. (FLEURY, 2005: 30)

Não nos parece que o novo bloco dirigente se distancie dessas concepções. O chamamento à participação da sociedade civil no CDES é visto como algo “civilizador” das instâncias estatais. Nas palavras de Tarso Genro,

Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E **o Estado se “civiliza”**, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado **pressionando democraticamente o Estado e o governo**. (GENRO, 2003a: 101 - grifos nossos)

Uma discussão também muito frequente entre os autores trata da forte presença do empresariado no CDES, situação que, desde sua criação, foi alvo de muitas polêmicas e insatisfações dentro do próprio fórum. Segundo eles, o governo, através dos Secretários-Executivos do Conselho, sempre tentou amenizar a gritante desproporcionalidade no seu interior com explicações intrigantes e pouco convincentes. Em resumo, a composição do Conselho traz uma heterogeneidade que aparenta buscar a representação dos diversos setores da sociedade civil: segundo alguns analistas, são lideranças recrutadas por suas experiências nos temas agendados para a “concertação”, com função dirigente em suas organizações sociais.

De modo distinto, entretanto, analisamos o CDES retirando de nosso horizonte a premissa, como querem fazer crer vários autores, de que há uma sociedade civil “genérica”, “participativa” e “dialógica” em seu interior, portadores de interesses “democráticos”, “cosmopolitas” e, no limite, “bem-intencionados”. O “culto” a essa sociedade civil só é possível porque tais análises a apresenta

como descurada de qualquer conteúdo de classe, ou melhor, como apta a assumir *o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais* na construção do “bem comum” e, portanto, como ausente de opressão e dominação.

Lançando mão da matriz teórica de Antônio Gramsci, concebida enquanto mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política, a sociedade civil resgata o vínculo desta esfera com os interesses e projetos de classe em disputa. A sociedade civil é o espaço no qual os interesses das classes e frações de classe organizam-se e articulam-se politicamente com vistas à construção, manutenção e aperfeiçoamento da hegemonia. Ela é constituída por associações, clubes, partidos, revistas e jornais, entidades das mais diversas – aparelhos privados de hegemonia - que buscam organizar as frações de classe de que fazem parte, disseminar visões de mundo adequadas à formação de subjetividades coletivas (hegemonia) - irradiando formas de dominação com vistas a assegurar a adesão dos setores subalternos – e se articularem no e pelo Estado restrito, através de seus agentes e práticas.

Nesta acepção, é na sociedade civil que as classes disputam, conquistam e mantêm a hegemonia e a legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos, ultrapassando os limites concebidos pelos projetos de governo, ou melhor, “sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes [...]” (FONTES, 2010: 138). Em Gramsci, os organismos da sociedade civil se esforçam em espriar, através de seus intelectuais orgânicos e sua organização presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, v.2, 2004: 20-21)

Nesse sentido, a sociedade civil, em Gramsci, não só não se opõe ao Estado (a sociedade política) como é parte constitutiva dele. Devido à dialética do pensamento de Gramsci, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade, pano de fundo à formulação do “Estado integral”: conjunto formado pela sociedade civil e política, cuja distinção é apenas metódica, com fins meramente analíticos. Como afirma Liguori,

Na verdade, [para Gramsci] a relação é dialética, indicando uma referência e uma influência recíprocas entre as duas esferas. Na verdade, em todos os casos, [...] Estado “propriamente dito” e “sociedade civil” são dois momentos distintos, não se identificam, mas estão em relação dialética, constituindo, em conjunto, o “Estado ampliado”. (LIGUORI, 2003: 183)

Estudar o CDES, a partir do referencial gramsciano, implica em desvendar os projetos de hegemonia presentes no seu interior, através do mapeamento dos aparelhos privados de hegemonia a ele conectados. Para tanto, devemos buscar nas associações burguesas da sociedade civil a formulação dos projetos sociais e das vontades coletivas.

Não foi outra a abordagem teórico-metodológica trazida pelo estudo de Martins (2009). Em acurada pesquisa, o autor alerta que a proposta de criação do CDES foi resultado da incorporação de estratégias presentes no *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, associação da sociedade civil empresarial coligada ao Partido dos Trabalhadores. Seu estudo mostra que o Instituto foi protagonista da criação e difusão da proposta intitulada “Fórum Empresarial de Apoio ao Município”. Na cidade de São Paulo, esta experiência foi realizada no governo Marta Suplicy (2001-2004) intitulado “Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo”⁹, ainda em atuação.

Em 2002, a Prefeita Marta Suplicy inaugurou, pioneiramente, o Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo. Inspirado na proposta do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, o Fórum Empresarial constitui-se como um **espaço de diálogo** capaz de promover a **articulação entre os setores público e privado**. [...] Os trabalhos para implantação do Fórum Empresarial de São Paulo foram desenvolvidos pelo Conselho de Empresários, formado pela Prefeita nos primeiros meses de seu mandato, em 2001. (INSTITUTO ETHOS, 2005: 25 apud MARTINS, 2009: 242)

O autor deixa claro que a criação do Conselho de Empresários e, de forma mais ampla, do Fórum no governo petista serviu para assegurar a influência empresarial na definição de políticas públicas, por novos canais. Além disso, segue o autor, “serviu também para legitimar o papel da classe empresarial como dirigente, reforçar a tese de que essa classe muito teria a ensinar sobre política e civismo aos trabalhadores [...]” (MARTINS, 2009: 243). Vale lembrar que o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, faz parte de um restrito grupo de empresários ligados há anos ao PT tendo exercido, inclusive, o cargo de assessor especial da Presidência da República nos primeiros onze meses do governo Lula da Silva. É conhecida sua participação e influência em vários fóruns, movimentos e associações como intelectual orgânico fortemente engajado na organização da classe empresarial (FIESP, CIESP, PNBE, Cives, ABRINQ, Global Compact), além de atuar como conselheiro do CDES, ininterruptamente, *desde 2004*.

⁹ Dentre as empresas participantes deste Fórum, destacamos: Accenture, AES Brasil, Banco Santander, Carrefour, Fundação Itaú Social, Goodyear, IBM, Instituto Unibanco, Itaú Unibanco, Klabin, Laboratórios Pfizer, Marketing Lab, Metanóia Planeta Sustentável, Movimento Nossa São Paulo, Natura, Observatório de Sinais, Odebrecht, Serasa Experian, Yazigi Internexus. Constam no Conselho de Entidade Empresariais do Fórum: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional (ABRALIMP), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Disponível em <http://www.forumempresariais.org.br>>. Acesso em 10/11/2011.

A relação do Fórum Empresarial implantado no governo Marta Suplicy e idealizado pelo Instituto Ethos possui íntimas relações com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no âmbito municipal:

A criação de um Fórum de Apoio ao Município abre um amplo leque de possibilidade de parcerias entre o poder público e o empresariado local. Uma dessas alternativas é a constituição de uma instância que se caracterize como um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que participem não só os empresários, mas outros segmentos sociais importantes para economia do município. (INSTITUTO ETHOS, 2005: 8 apud MARTINS, 2009: 244)

As pistas deixadas por Martins tornam-se importantíssimas para entender a composição do CDES - e aqui se encontra o teor da apregoada “novidade” da criação do Conselho – como uma arena no interior do aparelho estatal receptiva à penetração da sociedade civil de cunho empresarial cuja coautoria e fomento residem em seus atuais articuladores, quais sejam: “novos administradores e ‘analistas simbólicos’ oriundos das ‘capas superiores’ do movimento sindical, absorvidos para o círculo restrito dos altos funcionários do capital” (COELHO, 2005: 461).

Munidos do arcabouço teórico gramsciano, temos clareza de que *é na sociedade civil*, na “trama privada” do Estado, onde devemos buscar os projetos em disputa, ou seja, é nela onde se forjam os projetos de hegemonia. Como os projetos que se pretendem hegemônicos só amadurecem na medida em que são capazes de “tornar-se Estado”, devemos estudar as políticas públicas estatais como derivadas da relação entre sociedade política e a sociedade civil, ou seja, através das redes de agentes e/ou agências da sociedade civil organizada que se fazem presentes e atuantes, de forma tensa, junto a organismos da sociedade política, imprimindo neles seus interesses peculiares.

Destarte, nos alinhamos àqueles que vêem no Conselho um canal aberto às demandas das diversas frações da classe dominante no Brasil, qual seja, a grande burguesia interna industrial, comercial, financeira, agrária e de serviços presentes no interior do bloco no poder. É importante ressaltar que a significativa presença do empresariado no interior do Conselho não é só numérica (dos 92 conselheiros, no Pleno de 2003, identificamos 47 *diretamente* ligados ao empresariado – o que representa 51% do total de conselheiros) como também, e principalmente, dão conta da dimensão do capital em que são portadores e/ou gerentes.

Num levantamento realizado a partir do exame da revista “Balanço Anual 2004”, publicado pela Gazeta Mercantil, dos 300 maiores Grupos Econômicos do país, foi possível encontrar, com muita prudência, 25 Grandes Grupos pelos quais nossos conselheiros-empresários estão nitidamente vinculados. Aqui, um grupo econômico pode ser definido como um

“[...] conjunto de empresas que, ainda que juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a

indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas”. (GONÇALVES: 1991, p. 494, apud MINELLA: 2007, p. 104)

Trata-se, realmente, de uma amostra significativa das frações das classes dominantes brasileiras que, através de seus organizadores (seus intelectuais orgânicos), se fazem presentes na sociedade política também (mas não só) por meio do CDES.¹⁰ Segue, na tabela abaixo, uma síntese reveladora da atuação do grande capital monopolista no “Conselhão” do governo Lula da Silva:

Quadro I – Principais Empresas e Grupos Econômicos no CDES (ano 2003)¹¹

Conselheiro-Empresário	Principais Grupos Empresariais (no período em que atuaram no CDES)	Ranking 2004 PL (R\$ MIL)
1) Roger Agnelli	Presidente da Cia Vale do Rio Doce (CVRD). Trabalhou no Bradesco como Diretor Executivo do Banco e Diretor Presidente da Bradespar S.A.	CVRD (RJ) 3º lugar – 153.937.000
2) Fernando Xavier Ferreira	Presidente do Grupo Telefônica do Brasil. Principal executivo da Telefônica de Espanha no Brasil e presidente da Tele Sudeste Celular Participações; Presidente da Northern Telecom do Brasil e da Interunion Trading S.A. Membro do Cons. Adm. do Grupo Ouro Verde. Foi Presidente da Telebrás e Secretário Executivo do Ministério das Comunicações (governo FHC).	Telefônica (Espanha) 4º lugar – 15.723.484 Grupo Ouro Verde (PR) – 265º lugar 87.974
3) Roberto Setúbal	Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú.	Itaúsa (SP) 6º lugar – 14.759.584
4) Milú Villela	Vice-Presidente do Cons. Adm. da Itaúsa e membro do Cons. Adm. do Itaú Unibanco Holding S.A.	acima
5) Márcio Artur Cypriano	Presidente do Bradesco.	Bradesco (SP) 7º lugar – 13.659.609
6) Pedro Jereissati	Grupo Jereissati. Diretor Financeiro e membro do Cons. Adm da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (IESC). O Grupo Jereissati, através da sua controlada La Fonte Telecom, adquiriu participações na Telemar Participações SA (TmarPart), ainda em 1999, os quais dobraram em 2008, em consórcio com	Telemar (RJ) 10º lugar – 11.0671.471

¹⁰ Pudemos verificar que alguns conselheiros-empresários também participavam, naquele momento, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão colegiado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC): Amarildo Proença de Macedo, Jorge Gerdau Johannpeter, Ivo Rosset, Eugênio Emílio Staub, Daniel Feffer e José Luis Cutrale.

¹¹ Os Quadros e Tabelas confeccionados se valeram das seguintes fontes: GAZETA MERCANTIL. Revista **Balço Anual 2004**: a mais completa radiografia dos negócios do País. São Paulo: Editora JB S.A., 2004. (Ranking referente ao Patrimônio Líquido dos Grupos em dezembro de 2003, ano de criação do CDES). ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Pesquisa feita em sites da internet, especialmente na página eletrônica do CDES (www.cdes.gov.br).

	a Andrade Gutierrez.	Jereissati São Paulo (SP) 41º lugar – 2.764.546
7) Fernando Roberto Moreira Salles	Diretor da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Sócio-proprietário do Unibanco.	Unibanco (SP) 15º lugar – 7.991.561
8) Gabriel Ferreira	Membro do Cons. Adm. do Unibanco e da E.Johnston Representação e Participações S.A. da qual é Diretor.	acima
9) Benjamin Steinbruch	Presidente da CSN. Sócio-proprietário do Banco Fibra e do Grupo Vicunha (setor têxtil). Presidiu o Cons. Adm. da Vale durante três anos. Foi presidente do Cons. Adm. da Light e da Metropolitana, além de participar do Cons. Adm. do BNDES, Petrobrás e CETESB.	CSN (RJ) 16º lugar – 7.419.382 Grupo Vicunha (SP) 104º lugar – 551.139
10) Fábio Coletti Barbosa	Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil (1998). Assumiu, posteriormente, a presidência do Grupo Santander Brasil. Membro do Cons. Adm. da Petrobrás.	ABN AMRO (Holanda) 17º lugar – 7.138.513
11) Jorge Gerdau	Presidente do Grupo Gerdau. Presidente do Cons. Adm. da Açominas. Membro do Cons. Adm. da Petrobrás.	Gerdau (RJ) 24º lugar – 4.836.920
12) Rinaldo Campos Soares	Presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). Membro do Cons. Adm. da CENIBRA.	Usiminas (MG) 27º lugar – 4.113.825
13) Abílio Diniz	Dono da <u>Cia. Brasileira de Distribuição</u> (Pão de Açúcar, Extra, Assaf, Eletro, <u>Ponto Frio</u> (Globex). Sócio das <u>Casas Bahia</u> e membro do Conselho do Groupe Casino, varejista francês.	Pão de Açúcar (SP) 30º lugar - 3.768.422
14) Daniel Feffer	Vice-Presidente da Suzano Holding S/A. Conselheiro Quotista da MDS Seguros. Presidente da Neno Feffer S.A.	Suzano (SP) 34º lugar – 3.290.743
15) Gustavo Carlos Marin Garat	Executivo do Citibank Brasil. Começou carreira no Citibank Uruguai (1981). Foi Presidente do Citibank Paraguai (1993-1995), período o qual assumiu a presidência da Associação de Bancos do Paraguai. Tornou-se Presidente do Citibank no Peru.	Citibank (EUA) 35º - 3.290.287
16) Horácio Lafer Piva	Sócio-Proprietário e membro do Cons. Adm. da Klabin S/A	Klabin (SP) 52º lugar – 1.817.701
17) Alain Juan Pablo Belda	Presidente do Conselho e Executivo Principal (CEO) da Alcoa Inc. – New York.	Alcoa (EUA) 63º lugar – 1.243.962
18) Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Membro do Conselho Superior Petróleo Ipiranga. Presidente do Cons. Adm. da Cia Petroquímica do Sul (Copesul), da Ipiranga Petroquímica, da Petroquim, da Prochrom Indústrias Químicas, da Carbonatos do Nordeste.	Petróleo Ipiranga (RJ) 64º lugar – 1.238.569
19) Waldemar Verdi Jr.	Vice-Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV Holding S/A. Cons. Adm. do Banco Dibens S/A.	Verdi (SP) 99º lugar – 564.498
20) Sérgio Haberfeld	Presidente do Grupo Dixie Toga S.A.	Dixie Toga (SP) 150º lugar – 312.883
21) Amarílio Proença de Macêdo	Diretor-Presidente da J. Macêdo S/A, maior grupo nacional de moagem de trigo.	J. Macêdo (CE) 167º lugar – 261.166
22) Mauro Knijnik	Vice-Presidente do Grupo Iochpe-Maxion S/A.	Ioschpe-Maxion(MG)

		222º lugar – 151.684
23) Paulo Vellinho	Presidente da Springer S/A.	Springer (SP) 253º lugar – 102.674
24) Eugênio Emílio Staub	Presidente da Gradiente.	Gradiente (AM) 260º lugar – 91.657
TOTAL:		122.790.245

É importante ressaltar que, na maioria dos casos, os conselheiros não controlam integralmente as empresas ou grupos em que se vinculam, isto é, eles não são os únicos controladores (característica de qualquer companhia de capital aberto). Por outro lado, isto não significa que seus investimentos globais estão alocados somente nas participações descritas acima. Com isso, atentamos para o fato de que o quadro busca somente dar indicações parciais do poder destes conselheiros no cenário empresarial em que atuam e que se reflete também no trânsito ou na abertura de canais de participação no interior do aparelho do Estado.

Estamos tratando, como se percebe, de uma significativa amostra da presença e atuação das frações do grande capital no CDES. Tais frações, como se sabe, estão emaranhadas numa rede capilar de participações acionárias de todo tipo e origem, buscando incessantes valorizações do valor. Como nos lembra a historiadora Virgínia Fontes:

Na forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas* (FONTES: 2010, p. 198).

Como veremos adiante, os conselheiros-empresários militam também em entidades associativas das mais variadas, contribuindo para a organização das frações da classe burguesa em diversos segmentos econômicos e sociais. Salta aos olhos, porém, a primazia do setor industrial e financeiro, seguido do setor de serviços (Telefónica e Telemar) tanto no que se refere às somas do Patrimônio Líquido de cada setor quanto ao número de conselheiro que lhes representam e/ou personalizam.

Ainda que se apresentem (ou são apresentados) como “nacionais”, muitos grupos acima elencados detêm participação acionária advindos do exterior. Assim, por exemplo, de acordo com o aludido Balanço Anual da Gazeta Mercantil de 2004 (mas que congrega dados referentes ao Balanço Patrimonial de dezembro de 2003), foi possível visualizar que a Cia. Vale do Rio Doce, a Telemar, o Unibanco, a Usiminas, o Pão de Açúcar e Dixie Toga, contam com empresas ou grupos com matrizes em outros países (EUA, Alemanha, Japão, França, etc.) no controle acionário. O capital internacional (as multinacionais) está presente também no CDES através de seus prepostos-executivos nos casos da Telefónica (Espanha), ABN AMRO Bank (Holanda), Alcoa (EUA) e Citibank (EUA). Este último, inclusive, corroborou para a melhor inserção de vários conselheiros-empresários no circuito financeiro internacional, dotando-lhes de uma renomada “marca” de

distinção frente aos que disputam a ascensão profissional e econômica própria e das empresas aos quais pertencem.¹²

Os 24 conselheiros-empresários listados acima não estavam sozinhos quando da criação do CDES, em 2003. Trouxemos os que são, de fato, por um lado, grandes proprietários dos meios de produção e, ao mesmo tempo, organizadores militantes de suas frações de classe e, por outro lado, seus gerentes-executivos, atuantes na função diretiva da organização empresarial e cultural, isto é, na produção e difusão de uma sociabilidade burguesa de novo tipo. Há, porém, outros que se credenciam como proprietários, mas também, e principalmente, pela inserção organizadora da classe burguesa como um todo. Não se trata de percebê-los, todos, como agentes individualizados, como partícipes e líderes de uma angelical, homogênea e voluntária “sociedade civil”, mas como aqueles que estão credenciados por seus pares a serem os mais destacados porta-vozes das entidades em que militam. O quadro abaixo traz os demais 23 conselheiros-empresários do CDES:

Quadro II – Demais Conselheiros-Empresários presentes no CDES (2003)

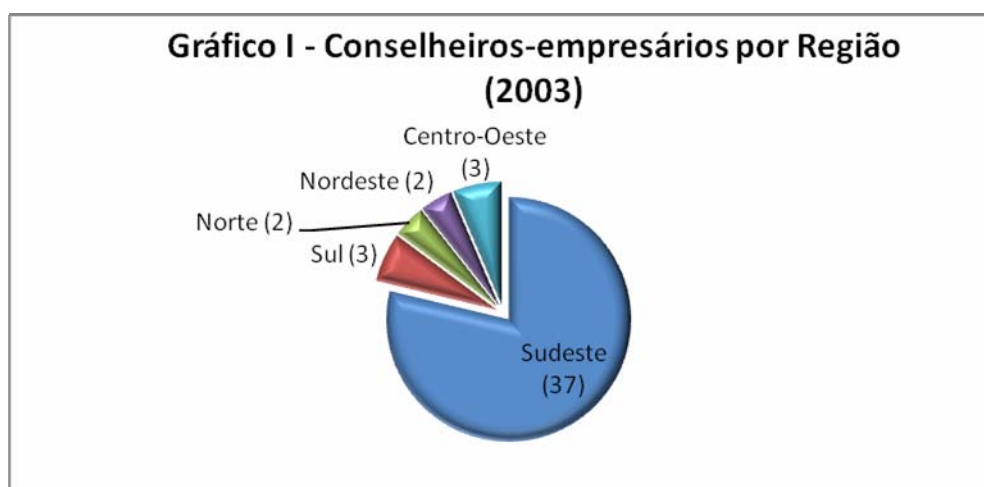
Conselheiros-Empresários	Empresas
1- Antoninho Trevisan	Presidente da Trevisan Escola de Negócios e do Cons. Adm. da BDO-Trevisan.
2- Cosette Alves	Ex-proprietária do Mappin.
3- Ivo Rosset	Presidente do Grupo Rosset (Rosset Cia Ltda, Indústria de tecidos, Valisère Indústria e Comércio, Cia. Marítima.- Indústria de moda praia e Rosset do Nordeste Ltda).
4- José Augusto Marques	Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).
5- José Carlos Bumlai	Pecuarista. Membro do Conselho Diretor do Grupo Itamarati.
6- José Carlos Carvalho	Foi Diretor do Grupo Corujão (rede de revendedoras de automóveis).
7- José Luis Cutrale	Presidente do Sucocítrico Cutrale.
8- Joseph Couri	Empresário, Presidente da ASSIMPI.
9- Luftala Bitar	Presidente da Empresa Estacon Engenharia S.A.
10- Luiz Carlos Delben Leite	Presidente da Manig S/A - Fort Knox - Sistemas de Segurança S/C Ltda; Fort Knox Tecnologia de Segurança Ltda; Fort Invest - Fomento Mercantil Ltda.
11- Luiz Otávio Gomes	Foi Diretor do Grupo João Lyra (grupo usineiro em Alagoas). Montou a LOG - Negócios e Consultoria Ltda.
12- Raymundo Magliano	Diretor-Presidente da Magliano S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.
13- Ricardo Luiz Carvalho	Diretor de Assuntos Jurídicos da Volkswagen do Brasil. Presidente da ANFAVEA.
14- Ricardo Young Silva	Fundador da Assoc. Bras. de Franchising (ABF). Diretor-geral do Yágizi Internexus.
15- Robson Braga de Andrade	Diretor-Presidente da ORTEG Equipamentos e Sistemas LTDA.
16- Rodrigo Loures	Fundou a Nutritional, indústria do segmento alimentício.
17- Luiz Otávio Gomes	Diretor financeiro-comercial e membro do Cons. Adm. do Grupo João Lyra (AL).
18- Márcio Lopes de Freitas	Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

¹² É o caso de Roberto Setúbal, Fábio Coletti, Gustavo Garat e Alain Belda. Não contamos aqui com a presença do Ministro de Estado (ou com status de Ministro) Henrique Meirelles, presidente do BACEN, preposto do capital financeiro internacional (Citibank, Bank Boston). No caso dos industriais também não contamos com o Ministro Luiz Fernando Furlan (MDIC), ex-presidente do Grupo Sadia (57º lugar no ranking de 2004, com PL de RS 1.487.409.000,00).

19- Maurílio Biagi Filho	Presidente do Grupo Maubisa. Empresário do setor sucroalcooleiro no Brasil.
20- Omilton Visconde Jr.	Presidente da Biosintética Farmacêutica (dentre os 10 maiores laboratórios do país).
21- Paulo Skaf	Membro do Cons. Adm. da Springs Global Participações e Vice-Presidente do Cons. Adm da Paramount Lansul S/A.
22- Paulo Simão	Diretor presidente da Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA.
23- Pedro Luiz Teruel	Empresário do ramo da aviação agrícola em Mato Grosso do Sul.

Seria apressado pensar que o quadro acima representa médios e pequenos setores do empresariado brasileiro. Com certeza, não seria prudente afirmar que José Luis Cutrale, Paulo Skaf, Ivo Rosset e Márcio Lopes de Freitas são representantes destes setores no CDES. Muitos possuem forte penetração em várias associações burguesas da sociedade civil, inclusive no complexo FIESP/CNI e FEBRABAN tais como seus pares arrolados no Quadro I acima.

Tomando por base *a sede* das firmas, grupos econômicos ou associações a que se vinculam os conselheiros-empresários pesquisados, o levantamento realizado nos revelou que, na composição do CDES de 2003, é a região *Sudeste* o lócus da atividade associativa e empresarial. Dos 47 pesquisados, 37 (79%) conselheiros-empresários concentra-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. De longe, São Paulo destaca-se como sendo o estado que mais abriga as sedes empresariais e associativas, com 29 conselheiros (62%), seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambos com 4 conselheiros (8%) cada. As regiões Centro-Oeste e Sul mostram-se empatadas quanto à representatividade empresarial no CDES: 2 conselheiros em Mato-Grosso do Sul (4%) e 1 no Distrito Federal (2%) enquanto que o Paraná e o Rio Grande do Sul aparecem com 2 (4%) e 1 (2%) respectivamente. Por último estão as regiões Nordeste e Norte, também empatadas: Alagoas e Ceará com 1 conselheiro cada e o mesmo ocorrendo com Amazonas e Pará. A distribuição regional dos conselheiros-empresários da primeira formação do CDES (2003) está representada no gráfico abaixo:



Em relação ao gráfico acima, algumas considerações mais candentes devem ser realizadas. Como vimos no início deste trabalho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão diretamente vinculado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Portanto, trata-se de um órgão do aparelho de Estado. Além disso, como estamos enfatizando ao longo deste trabalho, não se trata de uma instância afeta a uma “sociedade civil” genérica e indistinta. Ele possui composição de forte conteúdo empresarial, com presença relevante de grupos econômicos responsáveis pelo processo de monopolização e internacionalização da economia brasileira. Com isso sinalizamos que não se trata de um órgão representativo dos “interesses gerais”, a fim de garantir o “bem comum”, revelado na busca do “bem-estar social” do conjunto da população, apesar de todo um discurso, da sua Secretaria (SEDES) e dos analistas que estudam o CDES, apontarem para o “avanço democrático” que tais instâncias asseguram num país, dizem eles, onde a tradição da atuação estatal é avessa à participação e ao controle da sociedade sobre as decisões e políticas públicas.

Ora, a superconcentração de empresários que, *nomeados* pelo Presidente da República para comporem o CDES, atuam na região Sudeste significa, sem exageros, que se trata da ponta-de-lança de alguns dos setores mais dinâmicos do capitalismo brasileiro. Travestidos de representantes da “sociedade civil”, direcionam os rumos do “desenvolvimento econômico e social” brasileiro, assegurando suas pautas econômicas e o empresariamento da questão social no interior do aparelho de Estado. É certo que o processo não é dado *a priori*: há lutas e tensões intra e extraclasse dominante, não apenas no CDES, mas no conjunto da sociedade política e civil (no Estado ampliado).

Entendemos, desta maneira, que a inovação trazida pelo atual bloco no poder é justamente o de realizar um movimento de agregação das forças burguesas tradicionais e renovadas com outras que (como o PT e a CUT), reproduzindo os preceitos programáticos do Social-Liberalismo, passaram a transitar sob sua órbita como coautores de um mesmo projeto hegemônico. As atuais estratégias alinhadas a este programa estão disseminadas, nos governos Lula da Silva (2003-2010), na sociedade política (órgãos, aparelhos e agências estatais). Tendo em vista o caráter transformista do Partido dos Trabalhadores e de seu braço sindical – a CUT - (COELHO, 2005), as políticas implementadas pelo bloco no poder não desafiaram a programática neoliberal dos governos FHC, mas, ao contrário, apontaram para sua ampliação e refinamento.

Nesta visão panorâmica de um novo projeto burguês de sociabilidade, os conselheiros-empresários do CDES atuam, sem dúvida, como quadros dirigentes de uma elite empresarial que não economiza esforços em sua auto-organização. Articulam-se tanto em entidades tradicionais da estrutura de representação de interesses como em associações de natureza mercantil-filantrópica, ou

seja, em conselhos, fundações, institutos, ONGs, onde prevalecem a defesa e a pregação do cosmopolitismo burguês (por um “mundo melhor”, em “defesa da natureza”, pela valorização da “vida”, da “paz” para todos, pela “inclusão digital”, etc.).

Trata-se, sem dúvida, de um *staff* empresarial cuja importância reside, fundamentalmente, na produção, disseminação e conformação de uma nova hegemonia burguesa, um novo modo de atuação e organização dos setores empresariais que, cada vez mais, ultrapassa o momento econômico-corporativo imediato e dispensa esforços ininterruptos na (re)construção de uma sociabilidade burguesa afinada às profundas mudanças por que sofre o capitalismo nas últimas décadas.

Calcadas numa organização pragmática de atuação, numa visão cosmopolita de interesses particulares, numa fictícia democratização do poder, na gestão empresarial-gerencial dos recursos (como “capital social”, por exemplo) e das decisões, enfim, na edificação de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) forjadora de vontades e demandas coletivas próprias e direcionadas às remodelações da cultura, da política e da economia dentro do universo burguês, as entidades burguesas da sociedade civil promovem ou aprofundam expropriações de toda ordem.

A nova etapa do capitalismo é tributária não apenas da absurda condensação da propriedade monopólica, mas transborda, para todas esferas da atividade da vida social, a busca pela ampliação da produção de valor. Dentre tantas outras manifestações da subordinação do tecido social à lucratividade e às formas e conteúdos de hegemonias burguesas, imbricadas com antigas e renovadas formas de coerção seletiva, destacamos o papel das associações burguesas da sociedade civil na reconfiguração das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para as áreas sociais, tomadas agora como política de Estado. Acopladas com a ampliação da unidade empresarial em aparelho privado de hegemonia, a partir especialmente da adoção e fomento da ideologia da “responsabilidade social empresarial” (MARTINS, 2009), as formas de organização da dominação burguesa se expressam também num arcabouço teórico-político circunstanciado da democracia.

À prática democrática lhe foi retirada qualquer conteúdo classista aos quais acenavam as reivindicações populares, de teor igualitário ou mesmo de viés redistributivista. Trata-se, nessa nova configuração, de conduzir os anseios populares à ação *preventiva* de *administração de conflitos* (FONTES, 2010: 291), gerida a partir da lógica da “negociação”, da “pactuação”, do “diálogo”, isto é, enquadrando-os num formato burguês de adesão a uma rede de convencimento no âmbito da sociedade civil. Apesar de se acotovelarem em torno do que consideram o mais adequado projeto burguês de hegemonia para o país, (o que se verifica nas tensões e contradições no interior do bloco no poder) as frações burguesas alinham-se decisivamente quando o assunto é a sujeição das classes subalternas, através de tramas e artimanhas que lhes são peculiares. Em suma, pôr às claras a função do Estado (em sentido amplo) implica estudá-lo como instituição organizadora e “educadora” dos

setores dominantes no Brasil, divulgadora e implementadora dos projetos germinados na sociedade civil e abraçados como “política de Estado” na sociedade política, alimentadora das condições gerais das formas de extração de mais-valia na sociedade brasileira e promotora do rebaixamento da construção de uma consciência coletiva emancipadora das classes trabalhadoras.

Tabela I – A Presença dos Conselheiros-Empresários em suas Associações da Sociedade Civil (ano 2003)¹³

Entidades	Conselheiros e suas entidades da sociedade civil	Nº
Associações Corporativas Setoriais (Industriais, Comerciais, Bancárias e Agropecuárias)	Eduardo Eugênio Vieira: foi presidente da ABIQUIM , da ABINFINA e Vice-presidente da APLA ; Fábio Barbosa: Presidente da ABBI ; José Augusto Marques: Presidente da ABDIB e Vice-Presidente da ABINEE ; José Carlos Carvalho: Presidente da ABRAVE e da ALADDA ; Luiz Carlos Delben Leite: Presidente da ABIMAQ ; Maurílio Biagi Filho: Conselheiro da ABDIB ; Fernando Xavier Ferreira: Membro da Diretoria da ABDIB ; Abílio Diniz: fundador da ABRAS ; Eugênio Staub: Presidente da ELETROS ; Horácio Piva: Presidente da BRACELPA ; Paulo Skaf: Presidente da ABIT ; Ivo Rosset: Membro do Conselho da ABIT ; Paulo Vellino: Fundador da AARS , Diretor Presidente da ABINEE e Presidente da ASGAV ; Ricardo Luiz Carvalho: Presidente da ANFAVEA ; Ricardo Young: fundador da ABF ; Rodrigo Loures: Conselheiro da ANPROTEC e da AEB ; Roger Agnelli: Vice-Presidente da ANDIB ; Sérgio Habermfeld: Presidente da ABIEF ; Waldemar Verdi Jr.: Presidente da ASSOBENS e Diretor da ABRAD ; José Carlos Bumlai: Vice Presidente da ANAPECC e da ACRISSUL ; Joseph Couri: Presidente da ASSIMPI ; José Luis Cutrale: ABECITRUS ; Luis Otávio Gomes: Diretor da ASSUCAL ; Pedro Luiz Teruel: Presidente da ACOAG .	24
FIESP	Abílio Diniz; Amarílio Proença de Macêdo; Antoninho Trevisan; Benjamin Steinbruch; Daniel Feffer; Eugênio Staub; Ivo Rosset; Horácio Piva; Fernando Xavier Ferreira; Jorge Gerdau; José Augusto Marques; José Luis Cutrale; Maurílio Biagi Filho; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Roger Agnelli; Sérgio Habermfeld; Viviane Senna; Waldemar Verdi Jr.	20
Federações, Associações e Centros Industriais Comerciais Estaduais	Amarílio Proença de Macêdo: foi Diretor da FIEC e Presidente do CIC ; Antoninho Trevisan: foi do Conselho da ACSP ; Eduardo Eugênio Vieira: Presidente da FIRJAN e foi vice-presidente da ACRJ ; José Carlos Carvalho: Presidente da FIEPR ; Joseph Couri: Ex-Diretor do CIESP ; Lutfala Bitar: Vice-presidente da ACPA ; Mauro Knijnik: Presidente da ACRS ; Paulo Simão: Vice-presidente da FIEMG ; Paulo Vellino: foi Presidente da FIERS ; Raymundo Magliano: vice-presidente da ACSP ; Rinaldo Soares: Presidente da FIEMG ; Robson Andrade: presidente da FIEMG ; Rodrigo Loures: Presidente da FIEPR .	13
CNI	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Horácio Lafer Piva; José Carlos Gomes Carvalho; Paulo Skaf; Robson Braga de Andrade; Rodrigo Loures; Sérgio Habermfeld; Viviane Senna.	8
Sindicatos Patronais	Amarílio Proença de Macêdo: Sindtrigo ; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira: Sinqurj ; Joseph Couri: Simpi/SP ; Omilton Visconde Júnior: Sindusfarma ; Paulo Skaf: Sinditextil ; Ivo Rosset: Sinditextil ; Paulo Simão: Sinduscon/MG ; Paulo Vellino: Sinaes/SP ; Pedro Luiz Teruel: Sindag .	9
Febraban	Fábio Barbosa (Presidente), Márcio Artur Cypriano (Conselho Diretor), Roberto Setubal (Presidente entre 1997-2000), Viviane Senna (Conselho Consultivo).	4
Instituto Ethos	Antoninho Trevisa, Daniel Feffer, Mauro Knijnik, Ricardo Young Silva, Roberto Egydio Setubal, Rodrigo Loures.	6
IEDI	Amarílio Proença de Macêdo, Daniel Feffer, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Sérgio Habermfeld, Benjamin Steinbruch.	5

¹³ Sobre as fontes utilizadas, ver nota 8 (supra).

PNBE	Eduardo Eugênio Vieira, Joseph Couri, Luiz Carlos Delben Leite e Ricardo Young Silva.	4
Conselho Empr. Brasileiros p/ o Des. Sustentável	Benjamin Steinbruch; Eduardo Eugênio Vieira; Jorge; Roger Agnelli.	4
Soc. Bras. Pró-inovação tecnológica	Eduardo Eugênio Vieira; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Luiz Carlos Delben Leite.	4
Fórum de CEOs Brasil-EUA	Jorge Gerdau Johannpeter, José Luís Cutrale, Roger Agnelli.	3
Cons. Empresários América Latina	Cosette Alves, Eugênio Staub e Ivo Rosset.	3
Movimento Brasil Competitivo	Jorge Gerdau Johannpeter, Daniel Feffer e Antoninho Trevisan.	3
Ação Empresarial	Jorge Gerdau Johannpeter (Coordenador) e Joseph Couri (Membro).	2
Instituto Millenium	Daniel Feffer (Membro da Câmara de Mantenedor) e Jorge Gerdau Johannpeter (Membro da Câmara de Mantenedor).	2
Movimento Todos pela Educação	Fabio Barbosa, Daniel Feffer, Horácio Piva, Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villella, Ricardo Young e Viviane Senna.	7
Assoc. Parceria Contra as Drogas	Horácio Piva, Fábio Coletti Barbosa, Fernando Xavier Ferreira, Márcio Artur Cypriano, Milu Villella, Roberto Setúbal, Roger Agnelli.	7
Ação Fome Zero	Antoninho Trevisan, Gabriel Ferreira e José Carlos Bumlai.	3
Assoc. Assist. às Crianças Deficientes	Fernando Xavier Ferreira (Membro do Conselho Consultivo) e Horácio Lafer Piva (Presidente do Conselho de Administração).	2

Temos como limite, neste trabalho, apenas a sinalização, grosso modo, dos aparelhos privados de hegemonia isto é, das “casamatas”, “trincheiras” ou “fortalezas” que atravessam o CDES e que são, em parte, responsáveis pela concretização da organização burguesa na sociedade civil. Trata-se de realizar, no atual momento em que se encontra a pesquisa, o rastreamento das formas associativas burguesas da sociedade civil credenciadas ao Conselho, identificando quem são seus atores integrantes e mapeando a quais aparelhos privados de hegemonia da classe dominante estão conectados.

Faz-se necessário, contudo, examinar o conjunto dos projetos potencialmente hegemônicos produzidos por estas associações da sociedade civil na busca pela conformação coletiva de uma nova sociabilidade burguesa no Brasil do século XXI. Desafio a ser enfrentado em outro momento.

Diante do quadro geral apresentado, trata-se de perceber que as estratégias utilizadas pelos governos Lula da Silva no que se refere à abertura de canais de participação das organizações da sociedade civil empresarial nas instâncias de articulação política e econômica na aparelhagem de

Estado, ultrapassam as tradicionais formas de representação corporativas de interesses. Tais constructos, voltados às discussões de políticas setoriais e/ou de apresentação de suas pautas reivindicativas, têm como corolário a edificação de um novo consenso burguês presente tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, expressando-se não apenas através da fórmula “democratização ou radicalização da democracia”, proposta pela Terceira Via ou Social-Liberalismo, mas sobretudo, no caso do CDES, por meio de um substrato ideológico peculiar: “o novo contrato social”.

4.0 - O ideário da “concertação” no CDES

O substrato político-ideológico que modela as novas formas de hegemonia burguesa no Brasil, operadas no âmbito do CDES, encontra na proposta de “concertação” ou “pacto social” sua maior expressão. A estratégia apresentada pelo novo bloco dirigente despende esforços no sentido de convencer amplos setores dos mais variados estratos sociais de que, se é factível a presença de interesses contrários em disputa, deve-se procurar meios que garanta um *consenso mínimo* em torno de algumas questões nodais que assolam o país. É através do “diálogo”, da “negociação” e da “pactuação”, que se buscam fórmulas consensuais com vistas a clarificar os caminhos que levariam o Brasil rumo ao “desenvolvimento com sustentabilidade”.

A arquitetura dessa nova sociabilidade burguesa estava esquadrihada antes mesmo da eleição de Lula da Silva à Presidência, no programa de governo de 2002, intitulado “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”:

Nosso governo será marcado pelo **diálogo** permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer **pontes, acordos, entendimentos** com os quais todos possam ganhar. Quase sempre valeu por aqui a idéia de que poucos têm de ganhar e muitos têm de perder. (SILVA, 2002: 15 – grifos nossos).

No Conselho, a formulação, articulação e implementação da ideia de conciliação de classes tem, como melhor porta-voz, a figura de seu primeiro Secretário-Executivo: Tarso Genro. Membro histórico do Partido dos Trabalhadores, ele faz referência à necessidade de se criar “um *novo bloco social dirigente*, não excludente, que não pede atestado ideológico, nem político, nem partidário para ninguém, mas que informe uma coesão social que dê sustentabilidade ao processo de transição” do modelo econômico (GENRO, 2003a: 98). Afirma que a concertação implica uma cultura de diálogo (um novo tipo de soldagem ético-moral) e a construção de um bloco social e político majoritário que fariam transitar para um outro modelo “com previsibilidade e sem rupturas

aventureiras”, do contrário “qualquer ruptura pode levar o governo e as classes trabalhadoras ao isolamento [...]” (Idem: 103-104). O conteúdo da proposta se expressa na noção de

Concertação que significa, em primeiro lugar, identificar os temas estruturantes de um novo Contrato social e, ato contínuo, significa buscar **posições pactuadas**, que possam ser amplamente **majoritárias** e também **hegemônicas** na sociedade. Tudo para transitarmos, **com o menor custo político e social possível**, para uma sociedade com mais igualdade, inclusiva, com altas taxas de crescimento econômico e radicalmente democrática. (GENRO, 2003b – grifos nossos).

Preocupado com o aumento do “grau de descoesão” no país, Genro diz ser necessária uma integração social interna “que é o processo de inclusão na sociedade formal dos excluídos” (GENRO, 2003a: 102). Ou seja, diante da fragmentação social e da diluição do público na época “pós-moderna”, tornar-se-ia preciso realizar o reordenamento democrático das sociedades “incorporando as tensões como método e regulação para um diálogo transformador, sem o qual a democracia sucumbirá” (GENRO, 2003b).

O CDES é apresentado por Genro como marco organizado capaz de forjar este novo contrato social. Ele é encarado como “um instrumento de ampliação política do governo para incluir neste diálogo vários setores empresariais”, pois os trabalhadores “estão muito bem representados pelo presidente da República neste novo contrato social” (GENRO, 2003a: 105). Segue afirmando que “existe uma grande movimentação política do empresariado e que nunca houve um diálogo tão organizado, tão franco e tão sincero com nenhum governo” (Idem). E conclui dizendo de forma bem clara: “é por dentro desta relação que vai se constituir uma aliança de classes no país e também um novo bloco dirigente – se nós *formos capazes de fazê-lo*” (Idem, grifos no original).

Conforme Genro, o modelo de desenvolvimento deve ser pensado a partir de um novo tipo de relação Estado-sociedade:

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um gérmen de uma nova forma de controle e de interação do Estado com a sociedade [...]. É uma estrutura não-estatal que dialoga com o Estado e com ele compõe relações: ou seja, cria elementos de radicalização do processo democrático, mas radicalização não no sentido da histeria, mas no de um aprofundamento da democracia que se faz de maneira pactuada. (GENRO, 2003a: 100-101)

Dentro das expectativas do governo Lula da Silva, coadunadas pelos vários autores que estudamos, o Conselho é uma nova forma de participação democrática no Brasil. Trata-se, para eles, de uma experiência revolucionária destinada ao aprofundamento e aprimoramento das formas de gestão democrática inauguradas pelo poder público. Fortalece a democracia, a capacidade de diálogo, a interação entre setores “até então antagônicos”, a corresponsabilidade da sociedade, a

“cidadania ativa” e age de forma pedagógica de maneira a indicar que, nas palavras finais do discurso de Lula da Silva, quando da instalação do CDES em 2003,

[...] a busca de consensos contribui para a sociedade avançar, **criando condições para que os empreendedores invistam com segurança e tranquilidade** e os assalariados possam ter uma remuneração justa, com os seus direitos sociais e trabalhistas respeitados. (CDES, 2003 - grifos nossos)

Um outro documento, escrito por Ladislau Dowbor, em julho de 2010, cuja sistematização reflete o conjunto de visões recolhidas pelo CDES nos últimos cinco anos, dá destaque à necessidade das políticas públicas serem debatidas por diversos atores de forma a “assegurar maior agilidade, transparência e dimensão cidadã às decisões públicas”, valorizando a

A **construção de consensos** e a compatibilização de interesses diferenciados que os conselhos permitem – bem como as conferências setoriais e outras formas de consulta – já deram provas de seu papel importante na construção de processos mais democráticos de governança. Construir consensos pode ser trabalhoso, mas depois as políticas funcionam. (DOWBOR: 2010, p. 15 – grifos nossos)

As falas desses intelectuais orgânicos inseridos no novo bloco dirigente demonstram, de fato, a presença e a dimensão de um ideário que busca a conformação de uma nova sociabilidade burguesa no Brasil. Em entrevista dada a Revista Caros Amigos, o economista Márcio Pochman, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), órgão do Ministério do Planejamento, diz estarmos no embrião de um “novo padrão de acumulação” – o social-desenvolvimentista. Para Pochman, é o padrão que

sem expropriar os ricos, vai na verdade em um **trabalho de convencimento, de diálogo**. No meu modo de ver, há sinais para uma **nova convergência política**, aqueles segmentos que eram partícipes da macroeconomia financeira, a financeirização da riqueza, estão cedendo gradualmente para o investimento produtivo e variado. Os pobres estão vivendo melhor, mas os ricos também estão extremamente bem e não tem do que reclamar. E é compatível neste sistema você fazer esta mudança **sem expropriação, sem radicalismo**. Você faz esta **negociação**, uma frente que **une os mais diferentes lados**. (POCHMAN, 2010a: p. 15 – grifos nossos)

Os espaços de onde fala e para quem fala são também significativos para a justa compreensão dos esforços despendidos em tornar tal visão de mundo em senso comum, perfeitamente ajustada aos interesses do capital. Sendo assim, é revelador a passagem de Pochman como defensor de se criar uma “maioria política para uma nova agenda civilizatória”, no XXI encontro do Fórum Nacional realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2009:

Nos dias de hoje, uma nova agenda civilizatória permite ser defendida a partir da construção de uma maioria política travestida pela **coalizão interclasses sociais**, capaz de compreender – no plano nacional – a reunião desde as famílias de maior renda plenamente incluídas no atual padrão de produção e consumo até os segmentos extremamente miseráveis da população, em geral pouco incluídos pelas

políticas sociais tradicionais. (POCHMAN, 2010b: 173, In: VELLOSO e ALBUQUERQUE - grifos nossos)

É interessante perceber o quanto as formulações ideológicas do bloco dirigente petista se aproximam muito com as que guiaram o programa neoliberal de terceira via do PSDB.¹⁴ Tomado aqui somente como um dos muitos exemplos que poderiam ser citados, vejamos o capítulo V da proposta de governo do PSDB “Mãos à obra Brasil”, de 1994, intitulado “A parceria Estado-Sociedade”:

[...] é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, **definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade**. Caberá, em primeiro lugar, **criar novos canais de participação e de controle público**, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a **multiplicação de espaços de negociação de conflitos**, onde interesses divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de **parceria** [...] entre o Estado e a sociedade [...]. (CARDOSO, 1994: 208-209, grifos nossos)

O levantamento preliminar de documentos acerca do CDES nos autoriza a trabalhar com a hipótese de que há uma *continuidade ampliada* na construção de uma nova sociabilidade burguesa entre os governos FHC e Lula da Silva, ou seja, pretende-se (re)criar novas relações entre Estado e sociedade civil no âmbito do capitalismo contemporâneo, recrudescendo novas formas de financiamento estatal, redefinindo as estratégias de obtenção do consenso nas sociedades burguesas, bem como aperfeiçoando as formas de extração da mais-valia relativa.

5.0 – Conclusão

Esta pesquisa, de caráter apenas inicial, acerca da presença dos aparelhos privados de hegemonia no CDES, se insere num conjunto maior de estudos ancorados na matriz teórica de Antônio Gramsci. As reflexões acerca do Estado no Brasil baseiam-se comumente na concepção de “Estado Sujeito” do qual nos alude Poulantzas (1985), assumindo assim um caráter de “entidade”, de “árbitro” entre as classes sociais. Subjacentes ao ideário liberal, tão em voga nos tempos atuais, o Estado é visto, *a priori*, como uma modalidade “natural” de poder que marca sua preponderância ante a sociedade e é apresentado como um bloco monolítico de órgãos e aparelhos, sobre a qual *não há sujeitos históricos atuantes, contradições e/ou qualquer conteúdo de classe*.

¹⁴ Uma detida e aprofundada análise do programa peessedebista está presente em GUIOT (2006).

Sendo assim, preocupa-nos a necessidade de encaminhar a discussão a partir de uma postura teórica que nega a *naturalização* do Estado, sua “*reificação*” ou “*coisificação*”, bem como de seu caráter *a-histórico*. Consideramos relevante pensar o CDES para além desse referencial. Do levantamento bibliográfico preliminar, constatamos que as pesquisas realizadas sobre o CDES credenciam-se com suporte teórico claramente liberal, passando ao largo de uma interpretação gramsciana das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil recente.

Trata-se, portanto, um esforço teórico, não menos político-ideológico, de centrar as análises sobre Estado e Sociedade à luz do materialismo histórico e, para o caso das sociedades ocidentais capitalistas contemporâneas, no pensamento de Antonio Gramsci. Partimos, assim, da premissa básica gramsciana de que *é a sociedade civil o locus de organização da vontade coletiva* das classes e frações de classes sociais.

Se o arcabouço teórico gramsciano nos serve de matriz é porque também não abrimos mão de investir no estudo da sociedade civil burguesa na busca da redefinição da hegemonia. Trata-se de um esforço que tenta desvendar as novas e genuínas formas de sociabilidade no Brasil trazidas pelo atual bloco no poder. As estratégias que integram as novas formas de obtenção do consenso no Brasil são sutis e requintadas e se concentram na formulação de uma nova subjetividade coletiva, operadas na sociedade civil e política, que procuram abrandar ou até mesmo eliminar os antagonismos de classes a meras diferenças de interpretação ou de percepções de vida.

Neste prisma, a fórmula da “concertação” ou do “diálogo social” traz no seu bojo um projeto de hegemonia calcado na proposta de superação dos antagonismos de classe através de uma ação política que repolitiza e ressignifica o teor histórico das formas de participação e envolvimento político-ideológico das classes subalternas frente ao capital. Para tanto, atua pedagogicamente, educando o consenso, no sentido de preparar corações e mentes para um “novo envolvimento cívico” voltado ao “pacto” entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a ideia de que o capitalismo não só é intransponível, mas como também pode ser benéfico para todos, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anticapitalista.

Nesse modelo, a hegemonia burguesa é assegurada pela difícil e instável tarefa de acionamento de mecanismos de conciliação entre as classes sociais, forjando uma sociabilidade peculiar, produzindo subjetividades calcadas na adequação social e cívica dos trabalhadores em favor da “coesão social”, necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo.

Bibliografia e fontes:

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

BRASIL. (2003), **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. Agência Brasil. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 10/11/2011.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **O funcionamento do CDES**. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 10/11/2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **O CDES: a aprendizagem da pactuação**. 6º Encontro ABPC, Campinas, 2008. Disponível em <<http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos>>.

Diário Oficial da União (DOU), disponível em <<http://www.in.gov.br>>.

DOWBOR, Ladislau. **Brasil: um outro patamar – propostas de estratégia**. Julho de 2010. Disponível em <<http://dowbor.org/10agendabrasil.doc>>. Acesso em 10/11/2011.

FLEURY, Sonia. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula**. Texto distribuído entre os conselheiros em agosto de 2005. In: Reflexões sobre o CDES. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/estudo/9628/reflexoes-sobre-o-cdes.html>>. Acesso em 10/11/2011.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GAZETA MERCANTIL. Revista **Balço Anual 2004**: a mais completa radiografia dos negócios do País. São Paulo: Editora JB S.A., 2004.

GENRO, Tarso. **Democratizar as relações entre governo e sociedade**. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). **Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

_____. (2003b), **As Premissas da Concertação**. Disponível em <<http://www.tarsogenro.com.br/>>. Acesso em 10/11/2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIOT, André Pereira. **Um “Moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.

INSTITUTO ETHOS. **Empresas participantes do Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo**. Disponível em <<http://www.forumempresarialsp.org.br/>>. Acesso em 10/11/2011.

_____. **Fórum Empresarial de Apoio ao Município**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

KOWARICK, Luciano. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: Um Processo em Construção**, 2003. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 10/11/2011.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MINELLA, Ary Cesar. **Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico**. Porto Alegre, Sociologias, ano 9, nº18, jul/dez 2007.

POCHMAN, Márcio. **A desigualdade no Brasil é coisa de sociedade feudal**. Revista Caros Amigos, ano XIV, número 161, 2010a. Entrevista com Bárbara Mengardo [et al].

_____. Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. (coord), **Na crise, oportunidade e esperança, desenvolvimento como sonho brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: INAE, 2010b.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Um Brasil para Todos**. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo 2002. Disponível em <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm>>. Acesso em 10/11/2011.

RIBEIRO, Daniela Mesquita De Franco. **A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?**. 7º Encontro da ABCP, Recife, agosto de 2010. Disponível em <<http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos>>.

TÁPIA, Jorge Ruben Biton. **A construção do futuro: reflexões sobre o Conselho Econômico e Social**. Correio Brasiliense, 25 de agosto de 2005. Disponível em <www.cdes.gov.br>. Acesso em 10/11/2011.

